



ATA DA 70ª (SEPTUAGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

**1 – Data, hora e local da realização:**

Reunião realizada no dia 16 (dezesesseis) do mês de junho de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 70ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 14h00 às 18h00 horas.

**2 – Participantes:**

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE  
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE  
Silverio Crestana – membro do CAE

**Secretaria de Governança:**

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

**3 - Assuntos:**

**3.1 – Fluxograma do Canal de Denúncias – aderência à Lei 13.303/2016**

- Pedro Tegon Moro - PR

**Documentos disponibilizados:**

- Fluxo \_ Relatório \_ Comitê de Ética \_ maio 2021.

No início da reunião o CAE expõe a necessidade de assegurar a regularidade no andamento das denúncias nos termos da Lei 13.303, e que, o fluxo da denúncia e o canal sejam apropriados.

Explanam que o Comitê não tem controle e não acessa o fluxo de denúncias, apenas conhece as entradas e denúncias encaminhadas à apuração.

O Presidente, Sr. Pedro explica que:

- i) há muitas características de procedimentos que dificultam o auxílio externo na classificação das denúncias em consonância com o que determina o Código de Conduta e Integridade, o CODEC e demais normativos e legislações.
- ii) Narra o funcionamento do canal de denúncias, que no contexto de 3.000.000 (três milhões) de passageiros por dia, são abordados os mais variados assuntos e temas, sendo certo que em sua maioria tratam de simples reclamações. Os apontamentos, todos são observados, separados e levados às duas instâncias de apuração quando configuram denúncia.
- iii) Pondera que no contexto geral, o passageiro da CPTM tem dificuldade em discernir o que é uma denúncia, frequentemente fazendo reclamações dos mais variados cunhos. Relata que antes, chegavam centenas de reclamações quanto a passageiros sentados no chão dos vagões, de ambulantes no trem, reclamações quanto a temperatura do ar-condicionado, entre muitas outras ocorrências que não configuram denúncia.



70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

- iv) Foi solicitado a criação de um filtro no Portal para que houvesse um direcionamento adequado, e, se demonstrasse ao usuário da CPTM a diferença entre reclamação e denúncia. As medidas foram tomadas, e atualmente houve uma considerável redução no número de denúncias.
- v) Hoje, temos um baixo índice de denúncias, que em sua maioria tratam de conduta, assédio moral, exagero no comportamento dos seguranças, entre as mais comuns.
- vi) A Companhia tem trabalho na conscientização dos colaboradores quanto a utilização do Canal de Denúncias.

**Sindicância e Comitê de Ética**

Em continuidade o Sr. Presidente informa que:

- i) quanto ao serviço de atendimento e apuração do Comitê, nenhum diretor tem acesso ao fluxo, denúncias e apurações.
- ii) A Diretoria não recebe os nomes dos denunciante para evitar subjetividade de tratamento, todas as denúncias são tratadas de forma anônima. Não existe um sistema vigente de classificação para tornar o documento sigiloso, porém, é possível estudar um modo de fazê-lo, se assim for necessário.
- iii) apresenta a análise do fluxograma com o encaminhamento das denúncias registradas na Ouvidoria e homologação dos processos.
- iv) Salaria que o CAE deve observar a Legislação, as normas, o Estatuto da Empresa, do Comitê de Ética e que realizem uma proposta caso julguem pertinente e útil.
- v) Esclarece que as denúncias e reclamações são direcionadas, analisadas e filtradas pela Ouvidoria para apuração e relatório, daquelas que prosseguirão, conforme determinado em deliberação do CODEC.
- vi) O termo de confidencialidade já é obrigatório, que o fluxo das denúncias deve seguir a legislação, sua regular tramitação, com entrada no sistema.
- vii) Coloca expressamente a disposição dos membros do CAE o acesso às denúncias, desde que atendidas as normas de segurança, e o mesmo ocorra em um computador e na sede da empresa.
- viii) O Presidente pede ao CAE mais clareza nos pedidos, que sejam observadas as normas para que se compreenda exatamente o que o CAE pretende analisar.

Com relação ao questionamento, hipoteticamente, se houver uma denúncia contra um membro do Comitê de Ética por exemplo, ou contra um membro do CAE, quem será comunicado?

Tendo sido o referido questionamento respondido pelo Presidente, que no fluxo está claro, que por se tratar de alto risco os denunciados, estes seriam automaticamente excluídos da apuração.

Questionado pelos membros do CAE sobre a denúncia que versou sobre a ABASP, foi esclarecido que, mesmo não havendo denúncia específica contra um membro individualizado, sendo o instrumento formalizado ao Presidente do Conselho e Conselheiros, o Presidente se retirou da sala, uma vez que também é Conselheiro.

O Presidente solicita ao CAE que se aprofunde no estudo e análise dos normativos, legislação e deliberações do CODEC para que se faça uma proposta pertinente que facilite os trabalhos.



#### 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

O Sr. Pedro afirma que se o CAE enxerga que o fluxo das informações não está adequado cabe ao Comitê perguntar explicitamente, com maior clareza e objetividade a respeito das informações que pretende obter. Solicita que seja indicado o fluxo que o Comitê entenda ser o adequado. O Presidente diz que o CAE não tem sido explícito, claro o suficiente quanto aos pedidos realizados. Ressalta que as solicitações não vêm acompanhadas de indicativo dos documentos e normativos que embasam os requerimentos quanto ao fluxo. Há reiteradas reuniões em que não fica nítida a solicitação efetuada.

O Sr. Pedro explicita que não foram objetivas as solicitações quanto ao Canal de Denúncias e fluxograma do Canal, e que apenas em reunião, nesta data, compreendeu o que se pretende.

O CAE indaga ao Presidente: Quem é o Conselho de Ética? O Dr. Pedro responde que o Comitê é composto pelo Sr. Sérgio Carvalho, Sra. Fernanda Gaban e Sra. Katia Benvenuto.

#### Comentários e Sugestões do CAE

O CAE esclarece que não objetiva gerar constrangimentos, nem exacerbar as suas atribuições, têm por objetivo uma crítica com o intuito de auxiliar e melhorar o processo.

A intenção era discutir o fluxo, uma vez que a legislação implantada é complexa, e sugere a inserção de uma equipe técnica, que reúna informações a respeito da conformidade do Estatuto, Regimento Interno do CAE para que ocorra o nivelamento das informações.

O CAE afirma que o processo é regrado, transparente, porém teme eventual falha no mesmo, exemplifica que pode acontecer uma denúncia sem que haja tratamento, sem numeração e encaminhamento apropriado. O Comitê pretende se antecipar a eventual falha.

Afirma que o aspecto mais estratégico é conhecer a lógica da empresa e legislação. Menciona que anteriormente tinham acesso a toda e qualquer denúncia, e reitera que quando a denúncia envolve Diretor, o Conselho deve ser comunicado. Afirma que não tem acesso ao fluxograma.

Prossegue discorrendo a respeito das responsabilidades do CAE, que devem estar alinhadas, e se for necessário, mediante compromisso de confidencialidade, para que se tenha acesso as denúncias com isenção e autonomia.

Entende que o assunto versa sobre uma responsabilidade da qual os membros não podem se esquivar porque responderão se houver problemas, menciona a Lei e o Estatuto que tratam sobre o canal de denúncias.

Pretende blindar o sistema para que se algo eventualmente escapar aos filtros da Ouvidoria, a empresa esteja precavida.

Expõe que o denunciante anônimo deve ser blindado. A intenção é identificar na CPTM os procedimentos e as legislações que amparam a segurança. Daí a necessidade do fluxograma.

O CAE pondera que falta compreensão, que está ocorrendo uma dificuldade de diálogo.

#### 3.2 - Publicação de extrato de Atas pelo CAE

- Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga – GRJ;



70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

- Melina Kurcgant - CADA

**Documentos disponibilizados:**

- Consulta CAE - Confidencialidade Atas 07 06 21
- Parecer CADA 11-2020 - Confidencialidade Atas CAE - assinado

**Consulta a respeito do grau de confidencialidade**

Inicialmente o CAE expõe que gostaria de ter a divulgação restrita da ata, justificando a solicitação com base nas questões sensíveis que passam pelo Comitê, que podem levar a exposição à mídia, interesses políticos, expor assuntos estratégicos, gerar denúncias, expor a contabilidade, destacando o interesse em tratar esses pontos resguardando as informações do público em geral.

A Dra. Melina, Coordenadora da CADA – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso que tem como objeto a classificação dos documentos e informações da CPTM, fez uma exposição sobre a confidencialidade dos documentos, destacando que compreende e procura responder pontualmente as dúvidas, de forma sucinta, uma vez que as respostas estão na lei e deseja equacionar a questão na prática.

Informa ainda por qual razão a CADA e não o Jurídico analisou a informação. Antes, o CADA chamava-se Comissão de Avaliação de Documentos e Arquivo. Na CPTM existe desde 16/09/2003, com o advento da Lei de Acesso às Informações - passou a cuidar da gestão dos documentos, por meio de uma tabela de temporalidade.

Hoje o assunto de acesso à informação passa necessariamente pela CADA.

- foi solicitado ao Conselho de Administração a publicação no Portal de Transparência da CPTM, apenas dos extratos das Atas de Reunião do CAE;
- foi solicitado à Gerência Jurídica a definição de grau de confidencialidade dos atos completos.

Menciona ainda que:

- No caso da consulta, a mesma objetiva o esclarecimento dos níveis de confidencialidade que podem ser atribuídos aos documentos em questão.
- A regra é a publicidade, a exceção é o sigilo. O cidadão pode pedir o que quiser sem apresentar justificativa.
- A empresa pode estabelecer restrições de parte do documento seguindo os trâmites legais.
- Há uma Lei Federal, Lei 13303/16 que tutela a pré-classificação de sigilo. Os tipos de informações que poderiam ser consideradas, classificadas e publicadas como sigilosas.
- No âmbito do Governo de São Paulo há um Decreto Estadual que reproduziu praticamente a lei federal na íntegra. Houve classificação pela CPTM dos documentos, o governo cobrou de seus entes e órgãos as publicações de tabelas de sigilo de seus documentos.
- Entretanto, como a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo classificou alguns documentos como ultrassecretos, houve forte repercussão, e, questionamentos da mídia sob a alegação de conduta antidemocrática, e assim, o Governo alterou o Decreto Estadual e determinou a proibição de classificação de sigilo, com alicerce nos princípios da publicidade e transparência. Trata-se do Decreto 61.836/2016.





70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

- vii) Atualmente, se a área entender que não convém para a CPTM a divulgação total de determinado documento, há um formulário previsto no decreto, que possibilita a solicitação de critérios de confidencialidade e sigilo mediante justificativa devidamente alicerçada.
- viii) Não é mais possível pré-classificar o sigilo dos documentos. A lei é taxativa, e caso a caso deve ser avaliado.
- ix) Para que se conceda a confidencialidade, a restrição precisa ser estudada e avaliada. No formulário a ser preenchido, se comunica à Secretaria do Estado a intenção de restringir informações contidas no documento especificamente.
- x) Há mais burocracia na concessão de restrição, confidencialidade ou sigilo de documentos públicos. Existem etapas a serem cumpridas, analisado cada caso nos termos da lei, as atas do CAE sem tal procedimento não poderão se tornar confidenciais.

**Consulta do CAE**

**1. Juridicamente é possível/ aceitável a publicação no Portal da transparência da CPTM apenas dos extratos das Atas?**

**Respostas:**

- i) Desde que justificado, quando houver preocupação de proteger legítimo interesse da Companhia, ideias, propostas ainda não implementadas nos termos da Lei Federal 13303/16 art. 24, §5º
- ii) A Lei também preceitua que, ainda que se divulgue apenas o extrato, se o Tribunal de Contas solicitar, deverá ser apresentada a íntegra da Ata.
- iii) A publicidade de extrato é legal, possível mediante justificativa. No caso em consulta, em se tratando de questões estratégicas, recomendações que não devem ser divulgadas.

O CAE pondera que:

- i) o aspecto da justificativa se encontra no Regimento Interno do Comitê, que deve monitorar o processo, o Código de Conduta e os procedimentos do Canal de Denúncias. Esclarece que como supervisores do Canal de Denúncia temiam arbitrariamente instituir o sigilo sem os devidos esclarecimentos legais.
- ii) Em regra, como mencionado as informações são públicas. No entanto, casos de investigações, de sindicância, quando o procedimento é sigiloso para que se garanta a lisura e imparcialidade do processo há sigilo legal.
- iii) Não pode haver sigilo geral, porém, mediante justificativa, as restrições deverão ser apontadas e aplicadas.
- iv) Para que se leve ao CONSAD é necessária uma justificativa adequada para que se possa publicar apenas o extrato.
- v) Por se tratar de extrato é possível trabalhar uma resposta padrão, embasada nas atribuições do CAE.
- vi) O CAE deverá solicitar ao órgão regulador- CONSAD.

A Dra. Melina esclarece que a justificativa deverá ser apresentada pelo órgão regulador, eles decidirão pela publicação do extrato, e não íntegra da ata nos termos justificados.

**2 Grau de confidencialidade das Atas completas.**

**Respostas:**

- i) Deve-se tratar uma a uma, é possível indicar partes, trechos que não devem ser divulgados. A regra é a publicação na íntegra.
- ii) A restrição/confidencialidade dos documentos se classificam em: **ii a)** Reservado – onde há restrição de 5 (cinco anos) ao acesso; **ii b)** Secreto – onde há 15 (quinze) anos de restrição ao acesso; **ii c)** Ultrassecreto – o documento terá 25 (vinte e cinco) decanos de restrição ao acesso. Neste caso, somente o Secretário de Estado pode classificar.
- iii) Na prática o formulário da lei deverá ser preenchido (no caso do extrato ou denúncia) até que concluída a apuração da decisão, ou ultrapassada a necessidade de restrição.

O CAE comenta que:

- i) quando se discute publicação e confidencialidade de extrato, não se trata de sigilo, mas sim de um resumo, subtraindo o que ainda está em andamento, ou etapa de ideia ou projeto.
- ii) O objetivo é de resumir, por praticidade.

A Dra. Melina reitera que o CONSAD aprovará mediante justificativa no formulário, sendo o extrato uma sinopse da Ata.

### 3 Quanto a ata completa, é possível atribuir algum sigilo?

Respostas:

- i) O terceiro pode ter acesso sempre as atas completas.
- ii) O CAE deve indicar quando há assuntos, informações pessoais, questões em discussão que devam ser preservadas.

A Dra. Melina indaga em que medida tudo o que é inserido como apontamento pelo CAE precisa constar na ata, sem sim, sugere a manutenção da ata pública, com a migração em apartado das críticas, questões estatísticas, de estratégia, assuntos sensíveis para um outro documento.

O CAE manifesta ser complicado suprimir as discussões. Afirma que a ata representa um argumento, mostra a diligência da Companhia no processo, porém a mesma só tem um destinatário que é o próprio CAE. Ao usuário externo o extrato e ao CAE a ata.

### 4 As atas de Reunião de Diretoria têm que ser públicas?

Respostas:

- i) Não, as mesmas não são publicadas.
- ii) As Atas do CAE são publicadas em função da lei 13.303, constituindo o controle, a memória da reunião.
- iii) Não são para o público em geral.

O CAE faz menção as discussões sobre AVCB (Avaliação e Vistoria do Corpo de Bombeiros) nas estações. Nas mesmas constam informações detalhadas, como por exemplo a falta de hidrantes, momentos que relatam irregularidades sanáveis, que se divulgadas expõem a empresa, podem facilitar a difamação, sabotagens, condutas criminosas. O Comitê aponta ao Conselho uma deficiência a ser corrigida, que não deve ser acessada pelo público em geral.

A Dra. Melina reitera que:

- i) os tópicos devem ser gravados caso a caso com confidencialidade.



70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

- ii) ainda que se publique o extrato trata-se de documento da CPTM, embora o destinatário seja o CONSAD.
- iii) o terceiro pode requerer analisar o extrato e pedir a ata, e as informações na íntegra deixariam a empresa exposta.
- iv) no caso de necessidade de restrição no momento da divulgação, quem recebe e trata a informação deverá tomar as providências.

O CAE entende que as informações podem ser acessadas mediante assinatura de termo de responsabilidade, assim prevalece o critério de zelo, não fere a lei, e no caso a caso se restringe o que for preciso.

A Dra. Regina afirma que configuraria a transferência do sigilo.

**Comentários e Sugestões do CAE**

O CAE agradece e elogia a apresentação da Dra. Melina e esclarecimentos da Dra. Maria Regina, que foram bastante profícuos e completos quanto a necessidade da publicação do extrato e não da Ata completa.

O CAE se manifesta entendendo que todos podem ter acesso as atas completas, as análises informativas, desde que as informações não comprometam a segurança e estratégia da empresa.

O CAE se coloca no sentido de que o sigilo cabe no caso, tendo em vista que aqueles que tem acesso a ata, podem divulgá-la, mesmo apresentando nome e CPF. Entende que para o avanço na transparência, minoração dos casos de corrupção e fraude, as restrições serão importantes na proteção da empresa e de terceiros, eventualmente em risco.

**3.3 – Acompanhamento do fluxo de caixa e detalhamento das receitas de bilhetagem, outras receitas e despesas**

- Gilsa Eva de Souza Costa – DF ausente
- Maria Arlete Vieira da Costa – GFF

**Documentos disponibilizados:**

- Apresentação\_CAE\_jun2021

Fluxo caixa orçamentário e financeiro - previsão 2021 30-abr - v62 com PDI

Antes do início da apresentação a Dra. Carolina expôs que a Dra. Gilsa e Sra. Arlete estão incumbidas de fechar o orçamento e que em razão do adiantado da hora não poderão prestar os esclarecimentos ao Comitê.

Assim, o CAE informou que eventuais dúvidas serão enviadas por e-mail.

**3.4 – Demonstrações contábeis mensais**

- Gilsa Eva de Souza Costa – DF - Ausente
- Ivone Feraz Anacleto - GFS
- Marli Cândido Dutra - DFSC
- Juliana Stark – DRAU
- Maurício da Silva Correia – DF/A

**Documentos disponibilizados:**



70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

- 2021.05\_Fechamento Contábil
- 2021.05\_Fechamento Contábil Aberturas

O Sr. Maurício da Silva Correia – DF/A acompanhará os trabalhos em substituição a Dra. Gilsa Eva de Souza Costa.

O Sr. Maurício trabalha na Diretoria Financeira- DF como Assessor da Diretoria e esclarece que teve uma experiência anterior administrativa em outra empresa pública, bem como trabalhou com TI. A Diretoria engloba muito trabalho, detalhes de receita, pautas, e, atualmente, a assinatura do contrato de concessão vem assoberbando o volume laboral, razão pela qual substitui a Dra. Gilsa nesta reunião.

- Fechamento contábil de maio de 2021.

O CAE elogia a celeridade da apresentação das informações da pauta que se deu antes do dia 10 de junho.

A Sra. Marli agradece a percepção, uma vez que o trabalho é muito volumoso, constante e busca-se sempre novas melhorias. Relata que em maio foram iniciados os testes para a implantação do TXT nas medições.

O CAE manifesta que investir em administração é estratégia de economia, simplificando processos, o que representa uma necessidade.

A Sra. Marli - DFSC fez uma exposição sobre as contas e resultados de maio de 2021.

- Considerando os três pilares (contas, resultados e variações) no Transporte Ferroviário a receita flutua no período da pandemia.
- Em maio houve aumento dos pagantes em 27% (vinte e sete por cento), muito provavelmente em função do gradativo retorno ao trabalho presencial.
- O repasse de perdas com relação ao Bilhete único foi maior em maio no comparativo com abril de 2021. Explica que quando se tem mais pagantes, tendo em vista a existência do convênio, há uma perda maior. O percentual está fixado numa margem de 39,8%, após SPTrans e Concessões privadas deveria ser de 45% (quarenta e cinco por cento).
- A subvenção veio em valor menor em maio, não foram pagas as quotas de ressarcimento de gratuidade, que totalizam de R\$13,4 milhões.
- Receita Líquida – ressalta que o contrato com a Eletromídia é diferenciado nas receitas.
- A sucata vendida somou R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) em arrecadação, e compara ao ano de 2020, quando foram arrecadados apenas R\$1.177.000,00.
- Não houve mudança sensível na taxa administrativa.
- Outro contrato diferenciado é o Consórcio Trilhos Metropolitanos, são apresentados os números de abril em R\$ 4.000.000,00, e, de maio em R\$ 2.444.000,00 O acumulado do contrato firmado em junho não tem efeito em maio, afirma que a partir de junho os valores passarão a se estabilizar.
- Com relação ao contrato de energia com a Terwan e afirma que o desequilíbrio ocorre devido a não medição no período.
- Os dois contratos da Prodesp ficaram de fora em maio, e afirma que entrará R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais) o que representa a base de abril em junho.
- Quanto as indenizações são demonstradas gastos de R\$ 11.000.000,00 em maio e R\$ 14.000.000,00 em abril, e esclarece que se trata de um conjunto de valores composto por várias ações, sem destaque a alguma em particular.





70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

- xii) Explica que em maio, com ações trabalhistas foram gastos R\$ 100.000,00 (cem mil reais), abrangendo desvio de função, hora extra e complementação.
- xiii) Quanto as contingências cíveis a ação da Agnus que se apresentava na classificação provável passou para possível, em virtude do acórdão 31105/2021. O número da reversão se tornou positivo, figurando como se fosse uma receita.
- xiv) Já com relação as contingências Trabalhistas a oscilação de abril para maio foi de R\$8.000.000,00 em abril, para R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Justifica a diferença dos números e afirma que houve equívoco nas mesmas, não consistentes em aspectos processuais.
- xv) Menciona o Projeto Garimpo, ação em que a CPTM foi condenada solidariamente.
- xvi) Quanto a provisão houve reversão em maio, perda constituída em dezembro de 2020.
- xvii) Com relação as Receitas Eventuais, houve entrada com o ressarcimento da Secretaria da Fazenda, em maio de 2021 retornaram os valores normais.
- xviii) Houve baixa efetiva dos bens, revertendo a provisão por perda da CPTM, transferência: baixa de obsoletos para inservíveis.
- xix) Há menção a ocupação da MRS Logística em abrigo da Lapa de propriedade da CPTM (2013/2014), como outra receita.
- xx) Também foram elencados como outras receitas a baixa de cancelamento de títulos a pagar, que por equívoco foram duplicados no ano de 2019, somando um valor de R\$1.035.000,00, bem como valores indenizatórios de acordo com instrumento particular a Ascenty Center e Telecomunicações S/A que indenizou a CPTM por ocupação irregular. Findo o contrato de locação continuaram no imóvel, e após julgamento da ação foram compelidos a indenizar a empresa.

O CAE afirma que tal aumento percentual é indicador estratégico para a CPTM, para a recuperação das quedas sofridas ao longo do auge período pandêmico e confinamento. Mesmo com as flutuações dos indicadores, com a flexibilização do Plano São Paulo e mudanças graduais nas determinações do governo houve recuperação.

**Juros em 2021**

O Valor decorrente da desapropriação indireta da Linha 5 - Lilás constituiu R\$ 17.000.000,00 no passivo.

O IPTU de São Caetano é citado.

A Sra. Marli explica que utiliza o trabalho e quando revê sente o benefício para a validação do balanço, expõe que há contextualização do controle traz benefícios ao processo corporativo.

**Comentários e recomendações do CAE**

O CAE elogia a apresentação clara, completa e motivada da Sra. Marli e a agradece.

**3.5 – Auditoria Interna**

**- Juliana Stark - DRAU**

- Andamento do processo de contratação da Auditoria Independente;
- Relato dos Trabalhos de Auditoria Interna realizados no mês;
- Aprovação do PAINT da Auditoria pelo Conselho de Administração / CAE - referencial técnico.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'EF' and '108']*



70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

**Documentos disponibilizados:**

- Andamento do processo de contratação da Auditoria Independente - junho 2021
- REL59221 - Emissão de pareceres jurídicos - licitações - CPTMDCI202103889A
- REL59321 - Contratos de Vigilância - CPTMDCI202105108A
- REL59421 - COPESE
- REL59421 - COPESE - CPTMDCI202105112A
- Relato dos Trabalhos de Auditoria Interna realizados no mês - junho 2021

A Sra. Juliana – DRAU inicia a explanação mencionando:

- i) A licitação para a contratação da auditoria externa, afirma que o edital está pronto e que é similar ao do Metrô, tendo qualificação igual.
- ii) Com a supressão da etapa do pregão o processo ficou mais simples e mais célere, o preço de referência baseado na composição de horas como nos contratos anteriores.
- iii) Foram feitas cotações com empresas para fins de comparação. O anterior totalizava R\$ 383.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), afirma que o processo licitatório inibia as empresas pois os custos para a participação eram elevados.
- iv) O plano de trabalho e planejamento atual estão dentro do cronograma, sem intercorrências.
- v) Há previsão de liberação da antecipação do pregão, talvez em junho.

O CAE pondera que a avaliação da auditoria independente, com a norma da CFC, é assunto recente e envolve questão de avaliação de melhoria de qualidade, bem como demonstra preocupação com relação aos documentos apresentados, gostaria que houvesse menção de item por item.

A Sra. Juliana esclarece que o edital virá chancelado pelo Jurídico, e se compromete a enviar uma cópia do mesmo ao CAE.

A Sra. Juliana questiona ao CAE qual relatório deseja detalhado e presta os esclarecimentos sobre o relatório do COPESE. Destacando os seguintes pontos:

- i) Foi um trabalho demorado, houve muita discussão no decorrer do trabalho acerca da LGPD.
- ii) A questão de vigilância, houve falha das câmeras nas estações, no “backup” na Central de monitoramento no Brás, e se trata de serviço subcontratado.

O CAE gostaria de abordar os pontos mais importantes, pergunta se tudo que envolve LGPD é analisado pelo gestor? Bem como partes relacionadas. Gostaria de informações acerca da existência ou não de discussões técnicas com o DPO. Salaria que deve haver nas estações placas indicando/informando que o passageiro está sendo filmado. Indaga se há estudos em andamento para verificação da responsabilidade da subcontratada?

Especificamente o CAE refere-se ao ponto de segurança, o problema da responsabilização da CPTM pelos terceirizados.

A Sra. Juliana esclarece que:

- i) temos 3 (três) tipos de seguranças: a própria, a patrimonial e a Polícia Militar.
- ii) A patrimonial não faz linha de bloqueio.

O CAE entende que um bom relatório pode beneficiar outras áreas. As informações irão ao Conselho Fiscal e de Administração.



**Comentários e recomendações do CAE**

O CAE entende que um bom relatório pode beneficiar outras áreas. As informações irão ao Conselho Fiscal e de Administração.

O CAE menciona que não há editais padrão na CPTM, afirma que os custos internos são elevados questionando se o risco da licitação está no valor.

O CAE recomenda e sugere a instituição de um grupo de trabalho para avaliar riscos da transação.

**4 - Pendências:**

PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Normas – Canal de Denúncia	Secretaria do CAE

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

  
ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT  
Coordenadora

  
AFONSO ANTONIO HENNEL  
Membro

  
SILVERIO CRESTANA  
Membro

  
CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO  
VIANNA JACOB  
Secretária